

## **Reunião com o Ministro do Trabalho**

### **Vão ser retomadas as negociações**

Convocada pelo Ministro do Trabalho, realizou-se nesta quarta-feira uma reunião tripartida, com a presença da Petrolgal e a Comissão Sindical Negociadora.

A reunião teve como objectivo analisar as condições para retomar as negociações e identificar os pontos nucleares em que assenta o conflito laboral. Inicialmente, o Ministro do Trabalho fez um apelo às partes para que procurassem encontrar soluções para os pontos em que existe divergência, por forma a alcançar um entendimento e superar o conflito.

A Comissão Sindical Negociadora transmitiu ao Ministro do trabalho o seguinte:

- Os Sindicatos e os trabalhadores que representam privilegiam a resolução dos conflitos pela via negocial, através de negociações directas entre as partes;
- Contudo, neste conflito na Petrolgal e no momento presente põem-se sérias reservas quanto à eficácia de negociações directas, considerando as posições de intransigência negocial que a Administração da empresa tem assumido de forma reiterada. Acresce que a Administração não tem demonstrado boa-fé no relacionamento com os trabalhadores, antes tem procurado coagi-los a tomarem decisões que eles recusam aceitar, recorrendo a determinações, métodos e práticas inaceitáveis e ilegais, a fim de atingir os seus objectivos, desde o incumprimento e violação de direitos, assédio moral, ameaças e outras arbitrariedades.

(Foram dados exemplos, nomeadamente quanto ao não pagamento de prestações retributivas e, também, quanto ao não pagamento de complemento de pensão a trabalhadores já reformados, assim como a imposição de cláusulas em acordos de passagem à reforma antecipada, ou pré-reforma, que são penalizadoras de direitos dos trabalhadores, ou até mesmo a eliminação de direitos, em clara violação do regime de reformas que está em vigor, designadamente quanto aos complementos de pensão. Também foram referidas situações de abuso, ilegalidades e restrições ao exercício do direito de greve, bem como determinações de operação durante a greve que extravasam mesmo os despachos anti-greve do Governo).

- Por outro lado, transmitimos ainda ao Ministro do Trabalho que consideramos ter ele uma importante quota-parte de responsabilidade na evolução e agravamento deste conflito, uma vez que com a publicação do aviso de caducidade e a determinação dos despachos anti-greve foram dados mais instrumentos e incentivos à Administração para prosseguir a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Por tudo o que atrás é dito, a Comissão Sindical Negociadora entende que o Ministro do Trabalho tem de intervir no sentido da resolução do conflito. Por isso, fizemos a proposta de serem retomadas imediatamente as negociações, em reuniões tripartidas, com “mediação” do Ministro do Trabalho.

V.F.F. 

## **Vamos retomar as negociações em Janeiro**

A representação da Petrogal aceitou retomar as negociações, mas defendeu que não se justificava a presença, nesta fase, do Ministro do Trabalho. Embora afirmasse que a Petrogal estava de boa-fé e que era bom encontrar uma solução, referindo também os prejuízos significativos que a empresa tem sofrido com as greves, o facto é que, para além das “boas intenções”, nada garante que se venha a verificar uma diferente disposição da Administração para viabilizar uma solução negociada.

Aprofundada a discussão, fez-se um compromisso assente nos seguintes termos:

- Iniciar negociações directas com a Petrogal no início de Janeiro;
- O Ministro do Trabalho continuará a acompanhar a evolução do processo e, caso se venha a verificar a necessidade da sua intervenção, essa acção será conduzida enquanto “mediador institucional”.

Até final da próxima semana será enviada a proposta à Empresa, com conhecimento ao Ministro do Trabalho, conforme a discussão e aprovação efectuada nos últimos Plenários realizados nos locais de trabalho.

Oportunamente serão prestadas mais informações.

***Desejamos BOAS FESTAS! a todos os trabalhadores.***

***Com o reforço da Unidade e a firme determinação em continuar a nossa Luta, vamos fazer de 2018 um ano Melhor, mais Justo e Solidário.***

***Garantir a Contratação Colectiva. Manter os Direitos Laborais e Sociais!***

22 de Dezembro de 2017

A Direcção